

CONFRONTO DO GALEGO E DO PORTUGUÊS ATRAVÉS DA LÍNGUA MEDIEVAL

LINHARES, Miguel Afonso* (UFC)

RESUMEN: A través de este trabajo comprobamos la unidad estructural del gallego y el portugués en los niveles fonológico y morfológico, según un punto de vista diacrónico y haciendo uso de los recursos de la Filología y la Dialectología desde la lengua medieval.

Resumo: Através deste trabalho comprovamos a unidade estrutural do galego e do portugués nos níveis fonológico e morfológico, segundo um ponto de vista diacrônico e fazendo uso dos recursos da Filologia e da Dialectologia a partir da língua medieval.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação; inovação; unidade; variação.

A Espanha mostra desde o nascimento das suas nacionalidades quatro feições bem marcadas, espelhadas por exemplo no escudo do Estado, que é composto pelas armas dos reinos de Castela, Leão, Aragão e Navarra. É, pois, indispensável, antes de fazer uma análise diacrônica duma língua, informar-se da sua formação cultural, histórica e política. Neste caso, tal estudo nos levará somente até aos primeiros séculos de vida, onde nos deteremos.

Nos manuais de Filologia e de História, discorre-se amiúde sobre a conquista de Roma e o triunfo do latim fixando-se nas repartições administrativas mais altas, as províncias. Quanto à nossa língua, é preciso dizer portanto que a região onde se desenvolveu foi a derradeira que os romanos tomaram, assim que teve uma romanização tardia a Gallaecia et Asturica, que pertenceu no momento da conquista à Hispania Ulterior, mas passou logo à Prouincia Tarraconensis.

Esta linha de pesquisa e reflexão pode ser produtiva, como no que diz respeito aos movimentos que levaram a civilização dos Césares ao meio dos galecos e dos ástures, que partiram, segundo os especialistas, desde a Baetica através da Lusitania, e, considerando que os testemunhos apontam que Hispalis era quase uma segunda Roma, o feito histórico serve para esclarecer por que o galego e o português se apresentam diante dos demais romances peninsulares tão conservadores nalguns traços. Mas, apesar da demonstração, cremos que, ao tratar dum sistema lingüístico da Península em

* Miguel Afonso Linhares conta com 20 anos de idade. Estudante de Letras (com a habilitação nas línguas portuguesa e espanhola) da Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza, Brasil; professor de espanhol como língua estrangeira; apresentou nos últimos encontros universitários do Estado do Ceará dois seminários, "Confronto do galego e do português através da língua medieval" e "A Espanha multilíngüe", além de ter um projeto, "Corpus romanicum", em processo de publicação.

particular, seria mais vantajoso ter em conta a divisão menor e de justiça, os conventos. Assim, da Hispania Citerior Noua (o nome com que Caracala criou em 216 da era cristã a província da Gallaecia et Asturica) faziam parte os conventos de Lucus (Lugo), Iria Flauia (Santiago de Compostela), Bracara (Braga) e Asturica (Astorga). Os limites deste último explicam a existência de dialetos leoneses dentro do Estado português, já que Miranda do Douro e os demais povoados de língua leonesa pertenciam ao Conuentus Asturicensis. Doutro lado, o filólogo Ricardo Carballo Calero pergunta-se se alguns fenômenos dialetais do galego teriam origem nas povoações pré-romanas dos conventos de Lucus, talvez habitado pelos ástures (autóctones da Península?), e de Iria Flauia, talvez habitado pelos galecos (lígyres assimilados por celtas?). Nós, a nosso turno, questionamo-nos se o romance do convento e posterior diocese de Bracara já possuía cedo um uso maior de certas tendências que apartam hoje os falares das duas margens do Minho. Além disso, é tentador pensar num substrato ligúrico para o galego, se damos uma olhada no atual dialeto genovês, encontraremos *a chiave* [a'tʃa:ve], *l'avenn-a* [la'veŋa], *o xeuo* [u'ʒø:u], semelhantes demais a *a chave*, *a avêa* (arc.), *o vôo*.

Dos tempos das invasões germânicas há pouco de que falar, pelo menos à língua, pois na política e na economia é justo atribuir à ordem estabelecida pelos visigodos as bases sobre as quais surgiram os estados nacionais e o regime senhorial. No entanto, antes de que este povo se apoderasse de toda a Península, respectivamente como mercenários entre as legiões, delegados do Império e, a partir de 586, reis da Hispania, o Noroeste foi ocupado durante pouco mais dum século o Noroeste outra estirpe teutônica, os suevos.

Os hispanienses, além de seguirem falando a sua língua romana rústica, continuaram governando-se pelo direito romano e crendo na Igreja de Roma. Os godos não só tinham uma língua, uma cultura e uma religião diferentes (professaram o arianismo até 589), mas nem sequer se permitia o casamento entre eles e os hispano-romanos, uma proibição que já estava contida entre as leis dos vencidos. Portanto, pode-se dizer com segurança que não há quase nenhum influxo do gótico sobre as estruturas dos romances peninsulares, pois aconteceu precisamente o contrário, cercados por uma cultura mais desenvolvida, os vencedores foram esquecendo de geração em geração a sua própria língua, adotando as instituições dos subjugados (daí sai o *Codex Alaricianus*, convertido mais tarde no Foro Julgo) e fundindo-se à população hispânica.

Se nos inteiramos de que no começo do século XVIII houve contendas dentro da monarquia visigótica e que um dos bandos fez pleito com os berberes recém islamizados, parecer-nos-á incoerente crer que os muçulmanos atravessaram em arrastão as Colunas de Hércules. Não achamos razoável que uma doma tão presta tivesse topado com uma forte resistência. A nobreza gótica, quebrantada, procurou abrigo detrás dos montes asturianos, e, depois de se terem estabilizado em Leão, voltaram a reclamar o Império, o que fomentou em todos os cristãos um sentimento de comunidade, uma

unidade moral que, junto aos interesses dos caudilhos muladitas, provocou rebeldia nos moçárabes do Emirado e a perseguição na época do Califado. O mito de Santiago Matamouros veio a enriquecer o conteúdo religioso da Reconquista. Aqui nos aproximamos do ponto que nos atrai, o feito de que após estes séculos escuros, quando os romances gestavam dentro do latim, as primeiras manifestações literárias do reino de Leão não se deram em asturo-leonês, e sim em galego, pois a Galiza tinha mais vida cultural, havia uma população maior, vários portos e Compostela crescia enquanto destino de romaria.

Sob o arcebispo Gelmires, Santiago chegou a ser o terceiro santuário da Cristandade. Ele foi contemporâneo do rei Afonso VI de Leão, de Castela e da Galiza (o seu pai, Fernando Magno, o primeiro rei de Castela, herdara Leão em 1038) que, ao que nos parece, não lhe restou ou não teve filho varão, casando D. Urraca, a herdeira do trono, com Raimundo de Borgonha, a quem fez conde da Galiza, cujo território chegava cerca de 1095 até a pouco além do Mondego. Por esta data, o soberano leonês, que já assinava *regnante... in Toletto et Legione, Castellam, Galletiam et Portugalem*, doa todas as terras galegas a sul do Minho a Henrique (primo de Raimundo), marido da sua filha bastarda, D. Teresa.

Dum lado, subiu ao trono o primogênito do Casal da Galiza, Afonso VII. Porém, devido à minoridade, a regência coube durante bastantes anos à odiosa rainha-mãe. Doutro lado, Afonso Henriques, herdeiro do Condado de Portugal, deveria continuar prestando vassalagem a Leão, mas desde cedo (1139) se intitula *rex portugalensis*, feito a que é determinante a inimizade e o ódio de D. Teresa, pois se D. Afonso não era considerado conde, a mãe exigira sempre dos súditos o título de rainha. Nos fidalgos portugueses forjou-se um sentimento anticastelhanista, e a independência foi lograda e reconhecida depois de o novo monarca aceitar Afonso VII como imperador da Espanha, uma designação honorífica, por certo. Enfim, percebemos que Portugal foi na origem um pedaço da Galiza, assim também devemos ver o português no princípio como um galego fronteiriço.

Esta língua primereva há de provar, com a ajuda da Dialetologia, que não tem fundamento tomar do ponto de vista estrutural as expressões das duas bandas do Minho como sistemas lingüísticos independentes desde o século XV, quando começam séculos escuros para o galego. Vários filólogos portugueses e brasileiros, inclusos José Leite de Vasconcelos e Serafim da Silva Neto, insistem em falar mais da Lusitania que da Gallaecia. Ora, parece-nos inconcebível crer que o português guarda algo de lusitano. Se algum substrato influiu nos traços do português sulista, tal influxo se deu pela aljama que se falava aí, e que, a julgar pelos testemunhos, não comungava com o galego no que tem de mais próprio (por exemplos, a queda do /n/ e do // intervocálicos). Hemos de entender, pois, que o elo não se quebrou, ainda que os destinos se tenham distanciado, o galego mantido preso à terra, rompida a sua tradição literária, manchado o seu prestígio; o português levado pelos mares, engrandecido por

gênios imortais, estatizado. Mas a recuperação do galego desde o seu Rexurdimento é notável, e de certo já é hora de todos os galego-falantes de além e aquém Minho, de além e aquém mar restaurarmos a consciência de comunidade.

O fundo ideológico está, pois, fixado, pelo que partamos para a análise, obedecendo a hierarquia da estrutura da língua, passando da fonologia à morfologia, permeando o vocabulário, confrontando-a com as variantes modernas do galego e do português.

Seria bastante proveitoso incetar discorrendo um pouco sobre dois pontos polêmicos do sistema vocálico, a nasalização e a neutralização. O primeiro considera-se comumente geral na língua antiga, e o segundo, praticamente ausente, tanto por pesquisadores do lado português como por aqueles que dizem investigar o galego, e servem atualmente de componentes iniciais para uma defesa da separação dos dois dialetos, fazendo uso do termo de Leite de Vasconcelos.

Quanto à nasalização, empregando uma teoria para as vogais francesas, pode-se dizer que, após o período pré-românico, o fonema nasal travante tomou uma realização velar, posteriormente nasalizou e enfim se fundiu à vogal. Não acreditamos porém que este fosse um resultado geral na língua antiga, contrapondo-nos ainda à opinião de Pilar Vázquez Cuesta de que o galego moderno sofreu uma desnasalização, já que apresenta tão-somente a velarização. Tal processo teria feito com que desaparecessem o /'ɛ/ e o /'ɔ/ etimológicos, que não se submetiam à metafonia nestes tempos, como veio a acontecer ao português, *genro* ['ê], *bom* ['ô]. No entanto, a professora madrilena mesma assinala que em galego não se perdem os ditos fonemas, *tempo* ['ɛŋ], *ponte* ['ɔŋ]. Soma-se a isto o fato de que o dialeto de Ancares (comarca da província de Leão) possui vogais nasais. Postos juntos todos os argumentos, tendemos então a julgar que havia um [ê] e um [ô], mas podemos ir além e reconhecer que as duas formas, nasalização e velarização, sempre conviveram na estrutura superficial do sistema, assim que grafias medievais como *lãa*, *cêa*, *lũa* (e também *certão*, *varões*) representam uma nasalidade livre igual àquela que se observa hoje no galego *umha* [uŋa] e no brasileiro dialetal *ũa*.

Sobre a neutralização, nos textos arcaicos os casos são pontuais. Um testemunho melhor oferece a Dialectologia. Supõe-se que o processo se iniciou pelo século XVI, restrito a fim de palavra, é o que indicam os falares brasileiros, onde se neutralizam apenas as vogais finais (*minino* e *gurdura* são exemplos de harmonização). O fenômeno vai enfraquecendo-se aqui em direção ao Sul. No Nordeste registra-se [-ɪ], [-e], [-u]; em São Paulo, [-i], [-a], [-u]; no Rio Grande do Sul, [-i]/[-e], [-a], [-o]/[-u]. Portanto, a hodierna realização do sistema vocálico átono da maioria dos dialetos portugueses continentais ocorre a partir do século XVIII, mas é interessante notar que também há ocorrências em galego dentro de certos contextos, *v'rilhas*, *c'reija*, *C'runha* (*andurinha*

e *muinho* parecem análogos ao brasileiro). Ademais, é costume ouvir dos espanhóis que os galegos fazem soar os *oo* em fim de palavra semelhante ao *u*.

Certamente, não será mister dizer que o [ə] ou [ɪ] paragógicos que se ouvem das bocas dos portugueses em vocábulos terminados em /r/ e // estão ainda mais presentes na Galiza, *mulher[e]*, *fácil[e]*, *pai[e]*, *coraçom[e]*.

Outro rasgo menos discutido, a metafonia, comprovadamente se dá tanto em galego como em português, embora esteja muito mais estendida pelo segundo, mormente sobre os nomes, pelo que, distancia-se mais da língua das cantigas, que, a julgar pelos estudos da rima, desconhecia tal mutação, mantendo até ante *wau*, *éu*, *Déus*, *méu*, *judéu*, *perdéu*, o timbre aberto que herdara do latim vulgar, tão bem conservado pelas variantes central e oriental do galego, mas exposto ao dito fenômeno na região costeira desde as Marinhas da Corunha, passando além do Minho para cobrir todo o domínio do português, salvo talvez a raia transmontana. Ao arcaísmo “lucense”, *medo* ['ɛ] e *medos* ['ɛ], *novo* ['ɔ] e *nova* ['ɔ], *el* ['e] e *ela* ['e], *forno* ['o] e *fornos* ['o], opõe-se o mediato “iriense”, *medo* ['ɛ̃] e *medos* ['ɛ̃], *novo* ['ɔ̃] e *nova* ['ɔ̃], *il* e *ela* ['ɛ̃], *forno* ['o] e *fornos* ['o]. Percebe-se que a metafonia galego-portuguesa é originalmente condicionada pelo /a/ final, evoluída e ampliada pela inovação “bracarense” que se deixou influir também pelo /-o/, criando até plurais analógicos para os casos de /e/ mutante e outros vocábulos que nunca experimentaram mutação no singular, como testificam os mesmos exemplos, *medo* ['e] e *medos* ['e], *novo* ['o] e *nova* ['o], *ele* ['e] e *ela* ['e], *forno* ['o] e *fornos* ['o]. Por outro lado, é arcaizante a pronúncia dos comparativos, *menôr*, *maiôr*, *piôr*, *melhôr*.

No que se refere à metafonia verbal, o galego guarda o timbre etimológico na primeira conjugação, mas converge com o português na Segunda e na terceira (exceto no imperativo, que soa fechado), embora o /n/ travante não impeça a abertura, *vendes* ['ɛŋ], *vende* ['ɛŋ], *vendem* ['ɛŋ], e tenda a igualar por analogia a vogal temática do último grupo, *sirves*, *sirve*, *servem*.

Os derradeiros processos fonéticos relacionados às vogais a serem tratados são a crase e a ditongação sofridas por hiatos da língua medieval que, a sua vez, procedem da elisão de consoantes intervocálicas do latim vulgar. Os resultados são variados, mas a crase é comum, *maa* > *má*, *lêe* > *lé*, *riir* > *rir*, *coor* > *cor*, *têer* > *ter*, *vĩir* > *vir*, *são* > *som*, *ũu* > *um*. Quando o segundo componente do hiato se trata dum [o], a Real Academia Galega não recomenda que se assilabize, entanto as pronúncias *feu* e *feio*, *céu* e *céio*, *irmau* são habituais, e, com este último exemplo, vê-se que na Galiza, pelo menos a leste, se perde mais fortemente a nasalidade, *cêa* > *cea* e *ceia*, *bõa* > *boa*, *lũa* > *lua*, e além *mão* > *mao* e *mau*, *corações* > *coraçois*. O quadro da nasalidade em fim de palavra é porém mais complexo e ficará exposto adiante.

No tocante às consoantes, parece-nos conveniente que se comece a falar das sibilantes, que para Luís F. Lindley Cintra podem constituir a base duma nova classificação dos dialetos galego-portugueses. As diferenças diatópicas se fundam pois num menor ou num maior apego ao sistema arcaico, que conservou puramente o que recebeu do latim. Assim, distinguem-se cuidadosamente $c^{e,i}$ (e ç) e s (e ss), z e $-s-$, ch , x e $g^{e,i}$ (e j). Nas cantigas *fez*, *vez*, *sandez* nunca rimam com *medês*, *mês*, *três*, tampouco havia homofonia entre *cervo* e *servo*. Acontece que $c^{e,i}$ e z soavam africados, /ts/ e /dz/, ao passo que s tinha um valor ápico-alveolar, um tanto retroflexo, /ʃ/. No galego central e no oriental esse /ts/ de *paço* converteu-se em [θ], *paço* ['paθo], e nos dialetos portugueses setentrionais simplificou-se, ['pasu], conservando portanto a distinção fonêmica com *passo*, que segue com a ápico-alveolar em ambos. Ao contrário, nos dialetos portugueses meridionais e nos brasileiros houve uma uniformização, diferindo apenas as surdas as sonoras, *paço* [s] e *passo* [s], *cozer* [z] e *coser* [z], *caça* [s] e *casa* [z]. O galego ocidental foi mais longe, perdendo as sonoras que permaneceram no norte de Portugal e sobreviveram como surdas no centro e no leste da Galiza (*cozer* [z] e [θ], diferente de *coser* [z] e [ʃ]), anulando deste modo todas as distinções a favor dum só fonema pré-dorso-alveolar. Resta-nos enfim as sibilantes palatais, que apresentam dois processos uniformizantes diversos, intermediados pelos dialetos portugueses setentrionais. Dum lado, o galego ensurdece /ʒ/, fazendo soarem igual *queijo* e *queixo*, mas continua com /tʃ/, *chave*. Doutro, os dialetos portugueses centro-meridionais e os brasileiros mantêm a sonoridade, mas perdem o carácter africado de /tʃ/. Não parece necessário esclarecer que sesseios ápico-alveolares e parciais ou a presença dum fenómeno nuns termos e a ausência noutros se dão naturalmente em zonas de transição.

Em relação às demais consoantes, há que dizer somente que o galego e o português setentrional carecem de /v/ lábio-dental, e tem até casos dobres o brasileiro (*bassoura* e *vassoura*, *assobio* e *assovio*), cujo testemunho nos demonstra que é posterior ao século XVI a fricativação das oclusivas sonoras, gal. *chúvia* e port. set. *chuiva* [β], gal. *perdom* [ð], gal. e port. eur. *vesgo* [ɣ]. Observa-se que o galego assim como o português nortenho têm ainda o ditongo arcaico /uj/, *truita*, *escuitar*. No galego atlântico e normativo preza-se mais a variante com abaixamento da vogal, *loita*, *moito* (confronte este derradeiro com *mãe*, que em galego se diz *mai* ou *nai*, sem a assimilação nasal própria do português).

Depois, dois rasgos exclusivamente galegos, ambos próprios da área mais ocidental, chamam-nos a atenção. O primeiro é a monotongação de /wa/ após as velares /k/ e /g/ em começo de palavras patrimoniais, *catro*, *cando*, *garda*, *corenta*, *coresma*. Estes dois últimos se conhecem também na língua popular de Portugal e do Brasil. O segundo fenómeno trata-se da “gheada”, que consiste na realização aspirada do fonema

/g/, com matizes que vão duma glotal sonora, [ŋ], a uma fricativa velar surda, [x]. A “gheada” não conta com nenhum prestígio, pelo que surgem mesmo ultracorreções ao falar castelhano, como *paga* e *rogo*, por *paja* (“palha”) e *rojo* (“vermelho”).

Antes de partirmos para a morfologia, resta uma dívida, expor os resultados antigos e modernos das consoantes nasais mediais do latim. Diante da multiplicidade, vemo-nos obrigados a fazê-lo através da montagem dum quadro. A variação corrobora a nossa crença de que a nasalização nunca foi geral em galego-português, muito menos uniforme.

latim vulgar	gal.-port. antigo	português padrão	galego oriental	galego central	galego ocidental
-ana	<i>lãa</i>	<i>lã</i> ¹	<i>lá</i>	<i>lá</i>	<i>lam</i>
-anas	<i>lãas</i>	<i>lãs</i>	<i>lás</i>	<i>lás</i>	<i>lans</i>
-ane	<i>pam</i>	<i>pão</i>	<i>pam</i>	<i>pam</i>	<i>pam</i>
-anes	<i>pães</i>	<i>pães</i>	<i>pais</i>	<i>pás</i>	<i>pans</i>
-anu	<i>mão</i>	<i>mão</i>	<i>mao/mau</i>	<i>mao/mau</i>	<i>mam</i>
-anos	<i>mãos</i>	<i>mãos</i>	<i>maos/maus</i>	<i>maos/maus</i>	<i>mans</i>
-inu	<i>caminho</i>	<i>caminho</i>	<i>camim</i> ²	<i>caminho</i>	<i>caminho</i>
-inos	<i>caminhos</i>	<i>caminhos</i>	<i>camios</i>	<i>caminhos</i>	<i>caminhos</i>
-one	<i>cañom</i>	<i>cañão</i> ³	<i>cañom</i>	<i>cañom</i>	<i>cañom</i>
-ones	<i>cañões</i>	<i>cañões</i>	<i>cañois</i>	<i>cañôs</i>	<i>cañons</i>
-anu	<i>órfão</i>	<i>órfão</i> ⁴	<i>orfo</i>	<i>orfo</i>	<i>orfo</i>
-ine	<i>homem</i>	<i>homem</i>	<i>home</i>	<i>home</i>	<i>home</i>

As formas normativas galegas são *la*, *las*, *pan*, *pans*, *man*, *mans*, *camiño*, *camiños*, *canción*, *cancións*, *orfo*, *home*. O iode em *canción* (e também em *diferencia*, *espacio*, *Galicia*) não passa dum castelhanismo consagrado. No poema que deu origem ao hino da Galiza, Eduardo Pondal escreveu *Os tempos son chegados / dos bardos das idades / que a vosas vaguedades / cumprido fin terán; / pois donde quer, xigante / a nosa voz pregoa / a redenzón da boa / nazón de Breogán*. Percebeu-se já que a norma de que se faz uso neste texto é a proposta pela Associação Galega da Língua (AGAL).

Os plurais das palavras acabadas em // formam-se em analogia com aquelas em /n/. De leste a oeste aparecem *animais*, *animás* e *animals*, permeadas pelo

¹ Registra *lão* no Minho e Douro Litoral, ou seja, um seguimento da zona galega de *o irmám* e *a irmám*.

² No Nordeste do Brasil também se ouvem *camim* e *camĩos*, e assim como no dialeto de Ancares, *galĩa*.

³ Encontra-se *cañõo*, [kẽ'sõw], no Baixo Minho, Baixo Douro e parte da Beira, e até mesmo *põo* e *mõo*, o que pode constituir um estágio anterior ao dos ditongos padrão. No Brasil, não será exagero conceber a forma coloquial *num*, que serve de primeiro marcador da negação (p. ex. *Num sei não*), como resíduo do antigo *nom*, já que o conectivo *com* se realiza como [kũ] num registro mais livre.

⁴ A desnasalização é comum na fala popular de Portugal e Brasil, aqui mormente no Nordeste *Cristovo e a muié (mulher) fizeram ùa promessa à Virge Maria*.

castelhanizado *animales*. Neste caso, a formação em {-is} é a mais recomendável numa linguagem mais culta.

O artigo não apresenta grandes divergências além do fato de que no atual galego literário também se funde à preposição *com* nas formas *co* (e *cos*; *coa*, *coas*) e *cum* (e *cuns*; *cumha*, *cumhas*), que se encontram em português nalguns registro poéticos. Vale ressaltar que do Nordeste do Brasil conhecemos as formas [kūw] (e [kūws]; [kūe], [kūes]) e [kū:] (e [kū:s]; [kū:e], [kū:es]). Além disso, em galego tanto os artigos quanto os pronomes átonos de complemento direto continuam na forma antiga após um verbo que termina em /r/ ou /s/, assimilando estas consoantes, mas sendo assimilado após /n/, por exemplo, *Quere-lo ou nom o (nom-no) queres? Quando aprenderás a fazer o (fazê-lo) debuxo?*. O caso dos pronomes junto aos verbos é aceito pelo português padrão, mas todos se acham vivos na linguagem coloquial de Portugal.

Com relação aos demais pronomes, persistem em galego diferenças entre o acusativo e o dativo na segunda pessoa do singular. Em princípio, havia *mi* (< *mī* < *mihī*), para a primeira, *ti* (< *tī* < *tibi*) e *che*, que nasceu do cruzamento de *ti* e *o* (*ti-o* > *cho* > *che*). Desde cedo, há uma certa preferência da parte dos escritores galegos por *che* e da dos portugueses, por *ti*, que, junto a *mi*, acabaram deslocados pelos outros átonos *me* e *te*, que assumiram as duas funções. A forma *che* sobreviveu contudo em galego, e parece ter-se estendido para a morfologia verbal, vindo a constituir a desinência da segunda pessoa do pretérito perfeito, sing. *falache* ou *falaches*, plur. *falaches* ou *falachedes*⁵. Aliás, neste tempo verbal acha-se uma das diferenças mais antigas entre o galego e o português, os pretéritos fortes, pois do latim saíram duas construções. Numa, a primeira pessoa do singular (que leva um morfema {-i} nos registros mais velhos, convivendo com {-e} durante o resto do Medieval) difere da terceira por força da metafonía, *fiz* e *fez*, *pude* e *pôde*, *pus* e *pôs*, *tive* e *teve*. Nalguns casos, entretanto, a alternância metafônica mostrou-se impossível, *coube* e *coube*, *disse* e *disse*, *houve* e *houve*, *quis* e *quis*, *soube* e *soube*, *trouxe* e *trouxe*. Noutra, evita-se a confusão criando uma desinência {-o} para a terceira pessoa, *fige* e *fijo*, *puide* e *puido*, *puge* e *pujo*, *tive* e *tivo*, *coube* e *coubu*, *dixe* e *dixu*, *houve* e *houvo*, *quige* e *quijo*, *soube* e *soubu*, *trouxe* e *trouxu*. Percebe-se que a palatalização e a metafonía surgidas na primeira pessoa passam a todas as demais. Ademais, a oposição {-e} e {-o} é reforçada hoje pelo acréscimo à primeira duma nasal travante, que está presente também nos pretéritos regulares, *temim*, *fugim*, *figem*, *coubem* (e *falêim*, no dialeto oriental), e, como nos referimos ao dativo, o galego e o português mostram cedo escolhas próprias. Na *Demanda do Santo Graal* quase não se faz uso do tipo com {-o}, ao contrário aparecem amiúde na *Crônica Troiana*. São ainda arcaizantes as formas verbais galegas *esté*

⁵ Em realidade, há algo obscuro detrás destas flexões, pois no sertão do Nordeste do Brasil aparecem [kē'tasɪ], [di'sesɪ], [pu'desɪ] por *cantaste*, *disseste* e *pudeste*, que suscitam curiosidade. Teriam alguma ligação com as formas galegas?

(*esteja*), *fais* (*fazes*), *podo* (*posso*), *som* (*sou*) e o morfema da segunda pessoa do plural, {-des}.

Finalmente, antes de nos sentirmos tentados a prosseguir pela sintaxe, registramos alguns resíduos medievais que se dão no vocabulário galego. Na gramática restam os pronomes *acá* e *acó* (*cá*, *aquí*), *alá* e *aló* (*lá*, *ali*), *elo* ou *ilo* (neutro), *nengum*, (nenhum), *rem* (*nada*) e *u* (*onde*), que encabeça ainda orações interrogativas diretas, *U-los están os meus livros?*. Dentre os advérbios há *avondo* (*bastante*), *aginha* (*assim*, *agora*), *mentres* (*enquanto*), *quiçais*, *secais* ou *cicais*, e ademais a preposição *coma* e as conjunções *ca* e *pero*. Dentro do léxico constituem arcaísmos os vocábulos *afeites* (*enfeites*), *arrincar*, *bautizar*, *embigo*, *fiestra* (*janela*), *geonlho*, *maridança*, *pacer* (*apascentar*), *probe*, *reganhar*, *salvage*, *soidade* (*solidão*), *tirar* (*atirar*), e o rotacismo de // pós-consonântico na língua popular, que é freqüente também no Brasil, *craro*, *frauta*, *pranta*.

Encerramos esta discussão esperando que a questão que a norteou tenha chegado a uma resposta, o galego e o português nunca se apartaram, os antigos elos não se foram, sobrevivem numa parte ou noutra, testemunhando que a diversidade não danifica a unidade, e um reconhecimento oficial disto, com as mudanças que se requer, seria tão-somente lucro para as culturas que se expressam por tal língua. Do ponto de vista estrutural, o problema de fazer conter todas as variantes dentro do mesmo sistema resolve-se através da adoção dum nível hierárquico superior, o diassistema, que para Jean Dubois “permite dar conta da complexidade dos fenômenos dialetais, caracterizados pela constante diversidade e continuidade”.

Referências bibliográficas:

CARBALLO CALERO, Ricardo. *Problemas da língua galega*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

DICCIONARIO da Real Academia Galega. 3. ed. A Coruña: Real Academia Galega, 2000.

GARCÍA DE DIEGO, Vicente. *Manual de Dialectología Española*. 2. ed. Madrid: Cultura Hispánica, 1959.

NORMAS ortográficas e morfolóxicas do idioma galego. 18. ed. Real Academia Galega, Instituto da Lingua Galega, 2003.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.

TAMAMES, Ramón, QUESADA, Sebastián. *Imágenes de España*. Madrid: Edelsa, 2001.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis. *Cancioneiro da Ajuda*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

VASCONCELOS, José Leite de. *Textos arcaicos*. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1970.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar, DA LUZ, Maria Albertina Mendes da. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Edições 70.